



Para mais informações, favor entrar em contato com:
Susan Tonassi, +1 626 487 9681 / stonassi@burnesscommunications.com
Naomi Basik, + 1 202 446 1984 / nbasik@forest-trends.org

**DIVULGAÇÃO BLOQUEADA ATÉ O DIA 10 DE SETEMBRO DE 2014 ÀS 20:01 EDT/
11 DE SETEMBRO DE 2014 ÀS 00:01 GMT**

Nota do editor: O relatório completo, bem como os materiais suplementares estão disponíveis em <http://www.forest-trends.org/illegal-deforestation.php>; username: embargoed | password: deforestation

Novo Relatório: Abertura Ilegal de Áreas para Agricultura Comercial É Responsável por Metade do Desmatamento Tropical

Exportações Oriundas da Conversão Ilegal Representam US\$ 61 bilhões e são Responsáveis por 25% do Desmatamento Tropical; a Abertura Ilegal de Áreas no Brasil e Indonésia são as Maiores do Mundo

WASHINGTON, DC (11 de setembro de 2014) — Uma nova e abrangente análise, divulgada hoje, diz que aproximadamente metade (49%) de todo o recente desmatamento tropical é resultado da abertura ilegal de áreas para a agricultura comercial. O estudo também constata que a aproximadamente metade desta destruição ilegal foi motivada pela demanda internacional por commodities agrícolas, incluindo óleo de palma, carne bovina, soja e produtos madeireiros. Além dos impactos devastadores nas pessoas que dependem da floresta e na biodiversidade, estima-se que a conversão ilegal de florestas tropicais para agricultura comercial produza 1,47 gigatoneladas de carbono por ano – o equivalente a 25% das emissões anuais baseadas em combustíveis fósseis da União Europeia.

“Sabemos que a produção de commodities agrícolas é um vetor principal por trás do desmatamento, porém, este é o primeiro relatório a demonstrar o enorme papel que as atividades ilegais têm na produção de milhares de produtos alimentícios e domésticos consumidos em todo o mundo”, disse Michael Jenkins, Presidente e CEO do Forest Trends, uma ONG baseada em Washington, que publicou o relatório.

“O aumento da produção agrícola será necessário por conta da segurança alimentar e para atender à demanda da classe média global emergente. No entanto, o mundo também precisa acordar para a escala do quanto desta produção agrícola está acontecendo em terras que foram abertas ilegalmente. É necessária uma ação urgente para ajudar os países onde estes produtos agrícolas estão sendo cultivados, tanto para que os governos possam fortalecer suas próprias leis e regulamentações, quanto para as empresas que buscam produzir commodities de forma legal e sustentável.”

De acordo com o estudo, *Bens de Consumo e Desmatamento: Uma Análise da Extensão e Natureza da Ilegalidade na Conversão Florestal para Agricultura*, 90% do desmatamento ocorrido no Brasil entre 2000 e 2012 foi ilegal, devido principalmente à falha em conservar uma porcentagem das florestas naturais em plantações de larga escala de soja e produção bovina, conforme exigido pela legislação brasileira. (Grande parte disto ocorreu antes de 2004, quando o governo brasileiro tomou medidas bem sucedidas para reduzir o desmatamento.) Nas florestas da Indonésia, 80% do desmatamento foi ilegal – a maioria para plantações de larga escala para produção de óleo de palma e madeira, das quais 75% é exportado. Enquanto outros países também apresentam altos níveis de desmatamento ilegal, o Brasil e a Indonésia produzem o maior nível de commodities

agrícolas destinadas a mercados globais, muitos dos quais acabam em cosméticos, bens domésticos (óleo de palma), alimentação animal (soja) e embalagens (produtos madeireiros).

O desmatamento ilegal é também desenfreado na maioria dos outros países da Ásia, América Latina e África que estão perdendo grandes áreas de floresta tropical. Exemplos incluem:

- Na Papua Nova Guiné, milhões de hectares de florestas foram ilegalmente licenciados para o desmatamento, em anos recentes; uma recente investigação Parlamentar no país constatou que 90% destas licenças foram emitidas de forma corrupta ou fraudulenta.
- Na Tanzânia, as florestas foram ilegalmente destruídas para dar lugar à jatropa, uma planta comumente utilizada para produção de biocombustíveis.
- No Camboja e em seu vizinho Laos, licenças para plantações de larga escala de borracha e outras culturas agrícolas, cobrindo milhões de hectares de florestas remanescentes, foram emitidas em anos recentes. Descobriu-se que maioria destas licenças e desenvolvimentos são ilegais.
- Na Bolívia, a soja – da qual 75% é exportada – é o principal motor por trás do desmatamento ilegal na porção amazônica do país.

Na maioria dos casos, as empresas que destruíram as florestas de forma ilegal, para cultivar estes grãos, tem alguma forma de permissão governamental em mãos. No entanto, o relatório constata que, frequentemente, estas permissões foram emitidas de forma corrupta ou obtidas através de fraudes; faltavam permissões e licenças adicionais necessárias; ou as empresas violaram leis enquanto limpavam a área e realizavam o plantio, causando significativos impactos negativos sobre o meio ambiente e sobre os direitos das populações locais que vivem nestas florestas há gerações e que delas dependem para obter seu alimento e renda.

“Ao longo dos trópicos, as empresas estão subornando oficiais para obter permissões, atropelando os direitos legais ou consuetudinários dos Povos Indígenas e outras comunidades que habitam a floresta, cortando mais florestas do que o permitido e causando poluição e devastação ambiental por desrespeitar a lei”, disse Sam Lawson, autor do relatório.

Agricultura de Exportação, um Vetor Chave do Desmatamento Ilegal

De acordo com o relatório, o comércio internacional de commodities agrícolas (carne bovina, couro, soja, óleo de palma e produtos madeireiros, incluindo papel) produzidas em áreas ilegalmente convertidas a partir de florestas tropicais, tem valor estimado de US\$ 61 bilhões por ano. A União Europeia, China, Índia, Rússia e os Estados Unidos estão entre os maiores compradores destas commodities.

No geral, exportações de commodities agrícolas produzidas em áreas onde as florestas foram ilegalmente cortadas motivaram 25% de todo o desmatamento tropical entre 2000 e 2012. O estudo estima que quase 40% de todo o óleo de palma, 20% de toda a soja, aproximadamente 33% da madeira tropical e 14% de toda a carne bovina comercializada internacionalmente venha de áreas que foram desmatadas ilegalmente. Aproximadamente um quinto (17%) da carne bovina brasileira, 75% da soja brasileira e 70 – 80% do óleo de palma e madeira e papel oriundas de plantios na Indonésia sejam destinados à mercados estrangeiros.

“Cinco campos de futebol de florestas tropicais estão sendo destruídos a cada minuto para fornecer estas commodities de exportação”, disse Lawson, destacando que os números do relatório foram

obtidos utilizando estimativas conservadoras baseadas em violações documentadas de impacto significativo. “Difícilmente se encontra um produto nas prateleiras dos supermercados que não esteja potencialmente “manchado”, adicionou.

Um Problema Crescente

Enquanto o estudo destaca o recente sucesso do Brasil na redução do corte ilegal de florestas, o relatório também alerta que o problema do desmatamento ilegal para a produção de commodities voltadas para exportação está se expandindo para novas áreas dos trópicos, aonde as taxas de desmatamento vêm sendo tradicionalmente baixas – e que as mesmas ilegalidades vistas em outros lugares estão sendo repetidas. Na Bacia do Congo, por exemplo, descobriu-se que dois dos três maiores projetos de óleo de palma atualmente em desenvolvimento estão operando ilegalmente; um destes projetos, na República do Congo, deverá duplicar a taxa de desmatamento do país.

Ação Necessária

O relatório documenta falhas de governança que comprometem esforços maiores para combater o desmatamento tropical, tais como as iniciativas do setor privado para commodities sustentáveis, bem como os esforços dos países de floresta tropical para reduzir o desmatamento legal. Enquanto a recente onda de compromissos “desmatamento zero”, assumidos pelas maiores companhias de bens de consumo envolvidas na produção, comercialização ou consumo de commodities relevantes deve ser aplaudida, em última instância, as ilegalidades relacionadas à agricultura de consumo e plantações madeireiras podem ser totalmente abordadas apenas pelos governos, e esforços voluntários para ir além da legalidade serão contidos, por ter de competir com produtos que foram produzidos de forma ilegal.

“Sem investir em governança, nossos investimentos coletivos para frear o desmatamento e promover o manejo florestal irão falhar”, concluiu Jenkins. “Empresas responsáveis e grupos ambientais e de direitos humanos provavelmente apoiarão os processos para reformar as complexas, conflitantes e pouco claras leis e regulações que atualmente governam os setores agrícola e florestal. Este é um passo crítico, juntamente com a melhoria do fortalecimento e cumprimento das leis nacionais e internacionais. Todos devem ser priorizados, para que se alcancem os compromissos globais de acabar com o desmatamento”.

O relatório inclui uma série de recomendações para países que produzem e importam commodities agrícolas, bem como as corporações e investidores no comércio de commodities, sobre as melhores formas de atacar as questões destacadas. O relatório aconselha países produtores, por exemplo, a simplificar e harmonizar leis e regulamentações contraditórias, incluindo aquelas relacionadas ao uso do solo e garantia de direitos fundiários aos Povos Indígenas e outras comunidades locais, para reduzir os conflitos. Afirma que os governos deveriam fortalecer estas leis e responsabilizar as empresas que investem nestes países. Outra série de recomendações pede ações dos governos dos países que importam as commodities mencionadas.

O relatório destaca que importantes lições podem ser aprendidas a partir das iniciativas exitosas de combate ao comércio de madeira de origem ilegal. Países produtores – particularmente aqueles desenvolvendo acordos comerciais com a UE (FLEGT VPAs) – estão esclarecendo os marcos regulatórios que melhoram sua habilidade em demonstrar a legalidade dos produtos madeireiros a seus cidadãos.

Países consumidores estão instituindo medidas que tem sido mostradas para apoiar o fortalecimento das próprias leis e regulamentações dos países produtores, incluindo o desenvolvimento de legislação para importação comercial (tal como a Regulação de Madeira da UE), políticas de compras públicas e padrões de investimento. No entanto, até hoje existiram análises limitadas sobre como mecanismos similares para commodities agrícolas poderiam alavancar a conformidade legal confiável, apoiar as políticas de uso sustentável da terra e aumentar a transparência.

“O atual acesso irrestrito das commodities oriundas de áreas ilegalmente abertas aos mercados internacionais está comprometendo os esforços dos países tropicais em fortalecer suas próprias leis”, concluiu Lawson. “Os países consumidores tem uma responsabilidade em ajudar a acabar com este comércio”.

###

O [Forest Trends](#) é uma organização internacional sem fins lucrativos, baseada em Washington D.C, que foi criada em 1999 por líderes de organizações de conservação, empresas de produtos florestais, grupos de pesquisa, bancos multilaterais de desenvolvimento, fundos de investimentos privados e fundações filantrópicas. Sua missão tem quatro focos: expandir o valor das florestas à sociedade; promover manejo florestal sustentável e conservação a partir da criação e captura de valores de mercado para os serviços ecossistêmicos; apoiar projetos e empresas inovadoras que estejam desenvolvendo estes mercados; e melhorar os meios de vida das comunidades locais que vivem dentro e nos arredores destas florestas. Faz isto a partir de análises estratégicas de questões políticas e de mercado; catalisando conexões entre produtores com visão de futuro, comunidades e investidores, e desenvolvendo novas ferramentas financeiras para ajudar os mercados a trabalhar pela conservação e pelas pessoas. A abordagem do Forest Trends integra as dimensões fundamentais da ecologia, economia e igualdade, pois nossa meta é ter um impacto de escala que seja globalmente significativo e para uma vasta série de stakeholders.